

## **As lutas do Movimento Armado Quintín Lame nos Andes colombianos (1985-1989)**

Mauricio Alejandro Diaz Uribe. Doutorando Programa de pós-graduação em Historia.  
Universidade Federal de Espírito Santo. Bolsista FAPES.

### Resumo

As lutas dos indígenas caucanos pela recuperação da terra e reconhecimento de seus direitos continuaram depois da morte de seus líderes nos inícios do século XX na Colômbia. Foi o caso da liderança Manuel Quintín Lame e de muitos de seus seguidores e acompanhantes. Pouco depois de sua morte (1967) se fundou o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), em 1971; a principal organização indígena da Colômbia que retoma o ideário político desta importante liderança indígena. O CRIC orientou suas ações na recuperação das terras indígenas usurpadas por autoridades locais, que usaram a repressão e violência contra os líderes do movimento. Como ato de defesa os indígenas caucanos criam o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL) em homenagem ao precursor da luta indígena. Assim na década de 1980 surgiu o Quintín Lame, composto por diferentes etnias para a autodefesa indígena diante das agressões propiciadas pelo Estado e grupos armados ilegais que disputavam seu território. As ações do MAQL se configuravam dentro das demandas do movimento social indígena pela autonomia, mas, em outro sentido, também se cruzaram com a luta armada pela participação política no contexto do conflito colombiano que ameaçava as comunidades e suas conquistas.

Palavras Chaves: Movimento indígena; Autonomia; Guerrilhas; Conflito; Colômbia.

### Resumen

Las luchas de los indígenas caucanos por la recuperación de sus tierras y el reconocimiento de sus derechos continuó después de la muerte de sus líderes a principios del siglo XX en Colombia. Fue el caso del líder Manuel Quintín Lame y muchos de sus seguidores y acompañantes. Poco después de su muerte, (1967) se fundó el consejo Regional Indígena del Cauca en 1971, la principal organización indígena de Colombia que retoma las ideas políticas del líder indígena. El CRIC orientó sus acciones a la recuperación de las tierras indígenas usurpadas por autoridades locales que usaron la represión y violencia contra los líderes del movimiento. Como acción de defensa los indígenas caucanos crearon el Movimiento Armado Quintín Lame, (MAQL) en honor al precursor de la lucha indígena en los andes colombianos. Así, en la década de 1980, surge el Quintín Lame compuesto por diferentes etnias. Las acciones de esta guerrilla indígena, se configuran dentro de las demandas del movimiento social indígena por la autonomía, pero en otro sentido también se cruzaron con la lucha armada por la participación política en el contexto del conflicto colombiano que amenazaban las comunidades y sus conquistas.

Palabras clave: Movimiento indígena; Autonomía; Guerrillas; Conflicto armado; Colombia.



*(...) Una de las principales razones que tienen los blancos para mantenernos en la presión económica en que vivimos más que el deseo de adueñarse de nuestro trabajo y de vivir del sudor de nuestras frentes, es el temor de que algún día podamos ser fuertes, capaces de reclamar con la fuerza nuestros derechos y de tomar nuevamente posesión de las tierras de que fuimos despojados violentamente<sup>1</sup>. Manuel Quintín Lame Chantre(1880-1967)\**

Esta comunicação tem como objetivo examinar alguns aspectos sobre história do surgimento do Movimento Indígena em Colômbia (MIC) na década de 1970 e 1980, enfocando na criação do Conselho Regional Indígena do Cauca, e a conformação do Movimento Armado Quintín Lame (MAQL), para a autodefesa das comunidades e de seus principais líderes. Ademais a história do MAQL a primeira guerrilha indígena latinoamericana, ou Quintín Lame como se conheceu na Colômbia, nos serve para analisar as relações da luta armada com o movimento social pela participação política e a luta social em uma época onde a utopia das revoluções procurava a possibilidade de mudanças sociais, econômicas e políticas no continente latino americano.

O moderno movimento indígena colombiano surgiu no estado do Cauca, nos Andes colombianos pertencente ao que se conhecia anteriormente como o Grande Cauca. Este movimento resinificou e se apropriou de uma memória de luta indígena ancestral desde as lutas da Cacica Gaitana no século XVI ou de Juan Tama no século XVIII<sup>2</sup>. E onde a

---

<sup>1</sup>MOLINA, Hernán; SANCHEZ, Ernesto. Manuel Quintín Lame. Nota periodística del 9 de junio de 1916. In: MOLINA, Hernán; SANCHEZ, Ernesto (Compiladores). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010. p. 54.

\*A imagem faz parte da bandeira do Movimento Armado Quintín Lame nos Andes colombianos, dois símbolos podem ser vistos no rifle como uma referência à luta armada e ao bastão de comando referente à luta pela autonomia do Movimento Indígena Caucano. Fonte: PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco iris, 2010.

<sup>2</sup>Segundo Rappaport, o período colonial foi um processo em que as diferentes comunidades indígenas dos Andes colombianos de diversas origens étnicas enfrentaram a pressão da conquista espanhola. Mas estas comunidades estiveram organizadas em cacicazgos que estabeleceram alianças entre si. Conformadas por grandes parentelas baseadas em relações intermatrimoniais. Para fazer frente à invasão espanhola, os cacicazgos decidiram delegar o poder a um só cacique que assumiu a representação política diante do governo colonial. Este novo cacique (Juan Tama) adquiriu *status* simbólico de herói mítico e fundador da cultura *Nasa* e solicitou a criação de um grande

princípios do século XX se travaram as primeiras lutas e revoltas indígenas lideradas por Manuel Quintín Lame e Gonzalo Sánchez.(RAPPAPORT, 2000, p.114.)

Entre 1914 e 1918, principalmente nos departamentos de Cauca e Tolima, no sudoeste do país, foram realizados levantamentos e protestos indígenas contra a liquidação de seus territórios comunais por um poder local que buscou legitimar a usurpação e despojo dos mesmos<sup>3</sup>. Esses governos locais conformados por políticos em aliança com proprietários de terra e a igreja católica os despojaram das terras, utilizando-os como mão de obra gratuita sob a figura de arrendamento ou pagamento de “terraje”<sup>4</sup>.

Os levantamentos tiveram dois objetivos: Primeiramente, a necessidade de recuperar as terras dos ancestrais indígenas, ou seja, os resguardos herdados da colônia espanhola<sup>5</sup>. Por outro lado, derrotar os proprietários de terra que se apoderaram dos resguardos e submeteram a população indígena à servidão sob a prática de terraje. Entre 1900 e 1940, as

---

resguardo, que seria um território do povo indígena *Nasa* e de propriedade coletiva. A pesquisa de Rappaport concluiu que o que chamamos de povos indígenas não obedeceu a traços culturais como a língua ou outras características culturais e étnicas e sim à afirmação política sobre um território (RAPPAPORT, 2000, p.114.)

<sup>3</sup> Em 29 de abril de 1905 foi expedida a lei 55, que buscava criar a figura de entes territoriais para substituir as figuras do resguardo e do cabildo. Queria-se que esses entes territoriais onde os indígenas habitassem e estivessem a cargo dos governos locais em sua administração e manejo. PINEDA, Roberto. La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano 1850-1950. In: AROCHA Jaime y de FRIEDEMANN Nina S. **Antropología en Colombia. Um siglo de investigación social**. Bogotá: Editorial Etno, 1984. p 211.

<sup>4</sup> Segundo Luís Guillermo Vasco, a figura da terraje foi uma relação de caráter feudal e servil, segundo a qual um indígena deveria pagar com trabalho gratuito dentro da fazenda pelo direito de viver e usufruir de uma pequena parcela, ou seja, as mesmas terras despojadas dos resguardos indígenas. VASCO U, Luis. Quintín Lame: Resistencia y liberación. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul/dic. 2008.

<sup>5</sup> A figura do *Resguardo* se refere a titulações coletivas de terra pertencentes a comunidades indígenas administradas por suas autoridades e legalizadas e autorizadas pelo Estado. O artigo 63 da Constituição de 1991 reconhece e regulamenta o direito à propriedade coletiva das terras indígenas e se consideram terras inalienáveis, imprescindíveis e não embargáveis. Essa figura provém desde a época colonial e a história de sua apropriação por parte do movimento indígena colombiano é um dos pontos chave para entender as lutas indígenas pela terra na Colômbia durante o século XX. HERREÑO, Ángel. Evolución política y legal del concepto de territorio ancestral indígena en Colombia. **Revista El otro derecho**, Bogotá, n.32, p. 255, agt. /set. 2004.

lutas foram lideradas pelo indígena Nasa Manuel Quintín Lame.<sup>6</sup> (1883-1967). (VASCO, 2008, p.74)

Em suas oratórias, Lame proclamou uma consciência política de luta pelos direitos indígenas à terra e à liberdade, provocou a insurreição e a revolução de seus “irmãos indígenas”, como os chamou, frente aos poderes das elites brancas do Cauca. Estas elites não tardaram em persegui-lo e encarcerá-lo.

Os levantamentos indígenas no Cauca ficaram conhecidos como “*Quintinadas*”<sup>7</sup> em homenagem ao seu ideólogo, Quintín Lame, que apesar de ser capturado e reprimido em muitas ocasiões, conseguiu estabelecer linhas de ação em defesa dos indígenas comunheiros do Cauca e do departamento de Tolima. Nessa zona, ele se estabeleceu como líder dos cabildos mais importantes e desenvolveu um programa de sete pontos em busca da libertação e restauração dos resguardos, são estes: 1) A recuperação das terras dos resguardos; 2) a ampliação das terras dos resguardos; 3) O fortalecimento dos cabildos; 4) o não pagamento de *terraje*; 5) Tornar as leis sobre os indígenas conhecidas; 6) Defender a história, a língua e os costumes indígenas e 7) Formar professores indígenas.

A memória e transcendência de Manuel Quintín Lame e suas lutas na primeira década do século XX só foi descoberta e repercutiu no movimento indígena colombiano até os anos 1970. Porém a influência de sua vida e obra foi rememorada e reivindicada nos processos de

---

<sup>6</sup> Quintín Lame, que aprendeu a ler e escrever de forma autodidata conhecia o país graças a sua participação na Guerra dos Mil Dias. Ao regressar ao Cauca, começou a realizar mingas (reuniões ou encontros de doutrinação) em que convocou os indígenas, falou sobre a história dos seus antepassados, o não pagamento de *terraje* e a necessidade de enfrentar os proprietários de terra por meio do conhecimento da “lei do branco”. (VASCO, 2008, p.74)

<sup>7</sup>As *Quintinadas*, além de serem ações de fato expressas em protestos ou tomadas pacíficas ou violentas de fazendas impostas nos territórios comunitários, também eram denúncias e querelas a partir do conhecimento que Quintín Lame tinha da Lei 89 de 1890 e do Código Civil. A partir desses conhecimentos, Quintín Lame as tornou uma forma de luta que se apoiava nas disposições das leis da nação e atacava os poderes locais instaurados pelos proprietários de terra no Cauca. Nesse contexto começou a perseguição e repressão por parte das autoridades do Estado ao movimento e especificamente a seu líder. VASCO U, Luis. Quintín Lame: Resistencia y liberación. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul/dic. 2008.

resistência que as organizações indígenas do Cauca desenvolveram posteriormente. Seu carisma e sua personalidade aguerrida configuraram o movimento caucano décadas depois. Como indica a antropóloga Joanne Rappaport, pesquisadora do movimento indígena caucano, a obra de Quintín Lame se tornou conhecida nas comunidades indígenas a partir da tradição oral. Seus pensamentos se liam nas assembléias, oficinas, cursos didáticos dos cabildos indígenas e as reinterpretações de seus ideários e estratégias configuraram diferentes vertentes do MIC como é o caso do Movimento Armado Quintín Lame (MAQL) nos anos de 1980. (RAPPAPORT, 2004, p. 92)



No centro Manuel Quintín Lame\*

A luta dos indígenas caucanos pela propriedade da terra e reconhecimento de seus direitos continuou depois da morte de Quintín Lame e de muitos de seus seguidores e acompanhantes<sup>8</sup>. Assim na década de 1960 e início dos anos 70, ressurgiu o movimento indígena no marco das disputas pela terra entre setores rurais do país. Além da

---

\*Foto tirada em 1910 Fonte: Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010.p.129.

<sup>8</sup> Em 1924, Sánchez, junto a outras lideranças do movimento Lamista como Eutiquio Timotè e Jacobo Prías Alape, se aproximariam do socialismo revolucionário e logo integrariam as fileiras do nascente Partido Comunista em 1930, do qual Timotè seria seu candidato presidencial e em que José Gonzalo Sánchez ocuparia um alto posto em seu comitê central até o momento de seu assassinato em 1952. Quintín Lame se exiliou no departamento de Tolima onde configurou e recuperou os Resguardos de Ortega, finalmente morreu em 1967. VEGA CANTOR, Renán. Manuel Quintín Lame y la lucha por la recuperación de las tierras indígenas en el departamento del Cauca y Tolima. In: **Gente muy Rebelde. Protesta popular y Modernización capitalista en Colombia.** Vol. 2. Indígenas, campesinos y protestas agrarias. Bogotá: Pensamiento Crítico, 2002 p. 88-102.

implementação de uma reforma agrária pelo Estado Colombiano, que buscava a redistribuição das terras e a melhoria das condições econômicas dos camponeses depois da violência generalizada da década de 1950<sup>9</sup>.

Em Colômbia durante o período conhecido como *Frente Nacional (1958-1974)*,<sup>10</sup> realizou algumas tentativas para a modernização do campo colombiano, propondo reformas agrárias e políticas que buscaram fortalecer os pequenos e médios produtores. Porém, essas tentativas foram fracassadas ao não avançar na eliminação da alta concentração da terra e na descentralização dos poderes regionais estabelecidos pelos grandes proprietários em aliança com a Igreja (FAJARDO, 2010, p.52). Entre as décadas de 1960 e 1970 surgiu a mobilização camponesa a favor da continuação da reforma agrária e contra os poderes regionais centralizados em grandes propriedades que perpetuavam o latifúndio<sup>11</sup>.

Nesta época surgiram as primeiras guerrilhas insurgentes como o Exército Popular de Libertação (EPL), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Estas guerrilhas armadas foram especialmente perseguidas pelo governo da Frente Nacional, que ao mesmo tempo em que fazia esforços para a modernização do campo colombiano, reprimia e se preocupava com o avanço insurgente na América Latina a partir do triunfo da Revolução Cubana (MOLANO, 2010, p.574)

---

<sup>9</sup> Nesta época a guerra civil entre liberais e conservadores encontrou seu ponto mais alto nos territórios rurais. Em 13 de junho de 1953 culminou num golpe militar contra o presidente Laureano Gómez por parte do general Gustavo Rojas Pinilla. Com a militarização do governo, buscou-se pacificar e instaurar a ordem no país para substituí-lo por um regime de coalizão bipartidário conhecido como período do *Frente Nacional*. MAZQUEZ CARRIZOSA, Alfredo. Historia critica del Frente Nacional. Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia, 1992, p. 63-111

<sup>10</sup> Para alguns analistas esta aliança hegemônica de partidos tradicionais se baseou na exclusão de outros setores sociais e políticos no Estado, além de criar um clima de esquecimento e omissão sobre as responsabilidades sociais das elites governamentais no desenvolvimento da época da violência.

<sup>11</sup> Durante o mandato do presidente Carlos Lleras Restrepo (1966-1970), a Colômbia entrou num processo de Reforma Agrária amparado na Lei 135 de 1961, que buscou resolver a crise rural do campo, marcada pela alta concentração da terra e uma baixa mão de obra agrícola. Buscou fazer uma redistribuição da terra e criar uma política de modernização rural (em vias de acesso e produtividade) para estimular a produção e restaurar os mercados internos. Esta norma pretendeu lutar com a improdutividade dos latifúndios, modernizar o agronegócio colombiano, titulando Unidades Agrícolas Familiares (UAF) mediante a repartição de terras e a colonização de baldios ou terras livres.

Foi criado o Instituto Colombiano para a Reforma Agrária (INCORA), que patrocinou e conformou cooperativas de camponeses para estimular a produção e apoiar com tecnologia e conhecimento através de profissionais agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários, etc. Dali surgiu importantes organizações camponesas como a Associação Nacional de Usuários Camponeses (ANUC). Porém, como assinala o antropólogo Darío Fajardo, a reforma foi de caráter marginal, já que não atacou a concentração de propriedade e, além disso, na prática se comprovou a corrupção em funcionários nas adjudicações, ou seja, na porção de terra que se designava às famílias camponesas para sua produção<sup>12</sup>.

### O Movimento indígena Caucano



Recuperação de Terras feita pelo CRIC\*.

É nesse contexto que surge o moderno Movimento Indígena Colombiano (MIC) no norte do departamento do Cauca, na região dos Andes colombianos. Lá se formaram os principais líderes indígenas em torno das primeiras organizações indígenas de caráter moderno como sindicatos e cooperativas, também a partir das experiências acumuladas das organizações camponesas, levando à criação do Conselho Regional Indígena do Cauca

---

<sup>12</sup>Segundo Fajardo, em 1971 havia entregado apenas 1% das superfícies legalmente baldias, e a expropriação de fazendas e terras abandonadas era muito limitada. Isso implicou em protestos e mobilizações camponesas que criticavam os efeitos reais da institucionalidade e da lei. (FAJARDO, 2010, p. 1-55)

\*Fonte: Nuestra vida ha sido nuestra lucha. Resistencia y Memoria en el Cauca indígena. Colombia: Centro de Memoria Histórica, Editorial Taurus, 2015.

(CRIC) em 1971. O CRIC, a organização indígena de caráter regional mais forte da Colômbia, centrou suas atividades na recuperação de terras usurpadas por latifundiários do departamento do Cauca e na necessidade de acabar com as relações de servidão que as grandes fazendas caucanas mantinham.

Para as décadas de 1970, o CRIC havia conseguido recuperar terras oficiando-se como a organização indígena mais importante da Colômbia. Para Mauricio Archila, historiador colombiano que estudou o surgimento do CRIC desde a perspectiva teórica dos movimentos sociais, as ações sociais coletivas do movimento “foram orientadas para enfrentar condições de desigualdade, exclusão ou injustiça e que tenderam a ser propositivas em contextos espaço-temporais determinados”. (ARCHILA, 2005, p. 274)

Archila definiu as principais razões ou motivações que justificaram as primeiras formas de ação coletiva do CRIC. Em primeira medida, a disputa pela terra, sob a figura dos *Resguardos* como propriedade coletiva e, por outro lado, acabar com as condições de trabalho subordinado que os donos das grandes fazendas caucanas mantinham (pagamento de terraje). Posteriormente na década de 1980 surgiram denúncias contra a violação dos direitos humanos e pela defesa do exercício da autoridade indígena.

Neste sentido se sustentou que as formas de ação coletiva se distinguiram em duas classes. Primeiro, as contenciosas, ou seja, diretas, mas não violentas além das não contenciosas amparadas nos recursos institucionais e dentro dos marcos legais. Dentro da primeira ressaltou a recuperação de terras apoiada pela mobilização camponesa, que os camponeses e fazendeiros denominaram como “invasão” das fazendas, sobretudo nos primeiros anos do CRIC, durante o final dos anos 1970. As outras ações contenciosas se orientaram a mobilizações, bloqueios de via e greves<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Estas ações se exerceram em paralelo, a compra de terras diretamente dos proprietários de terra, pressionados pelas invasões e a política agrária, e com o apoio financeiro das instituições estatais (Caja Agraria e INCORA). A utilização de um marco legal serviu para legitimar as recuperações (Lei 89 de 1890, títulos coloniais que demonstraram a propriedade coletiva das terras usurpadas). Somadas às ações de caráter interno dentro das organizações como a capacitação e educação política com o apoio e assessoramento de colaboradores e assessores não indígenas e unido com as assembléias e congressos como espaço de definição política e capacitação em que se criaram os

Os dirigentes indígenas respaldados desde o sindicato e a cooperativa começaram um trabalho de educação e capacitação política gerando um clima de luta para a recuperação de terras usurpadas dos antigos resguardos. Estas recuperações se basearam em diferentes ações, uma via institucional e luta jurídica com apoio de funcionários do INCORA para acessar documentos que demonstraram a propriedade coletiva, e outra via de fato, ou seja, tomar e invadir as fazendas tal com os camponeses faziam em outras regiões do país. Conseguiram visibilizar o CRIC ao participar como acompanhantes no Censo.

Na década de 1980 segundo o historiador Daniel Pecaú, o Estado colombiano estava submergido numa profunda crise de legitimidade herdada da *Frente Nacional*, como consequência de sua debilidade institucional e política<sup>14</sup> Para Pecaú, essa debilidade se expressou na falta de controle sobre o avanço das guerrilhas insurgentes originadas na década de 1960 e 1970, e o aumento da autonomia da força pública na execução da repressão, a violência contra os movimentos sociais e populares e a falta de condições para participação política de outros setores sociais. (PECAUT, 1997,p.916)

Por outro lado, o historiador Archila analisa a mobilização social durante essa época na Colômbia e afirma que diante da política de repressão do governo de Turbay Ayala (1978-1982) as mobilizações sociais diminuíram e se centraram nos reclamos contras os abusos que a força pública exerceu, enfocando-se assim na violação de direitos humanos<sup>15</sup>.

Para Juan Houghton e William Villa, pesquisadores pertencentes ao Observatório Indígena de Seguimento a Políticas Públicas e Direitos Étnicos, as violações dos direitos humanos nesta época recaíram sobre as comunidades indígenas Nasa ou Paeces do norte do Cauca.<sup>16</sup>As lideranças indígenas vítimas de agressões da força pública e dos “Pájaros”,

---

programas e plataformas políticas, se erigiu a Junta Diretiva e convidavam mais pessoas indígenas não indígenas solidárias com o movimento. (ARCHILA, 2005, p. 483-485)

<sup>14</sup> PECAUT, Daniel. Presente, pasado y futuro de la violencia en Colombia. In: PECAUT, Daniel y GONZÁLEZ, Liliana. **Revista Desarrollo Económico**. Bogotá, n. 144, p. 891-930, 1997.

<sup>15</sup> ARCHILA Mauricio. **Idas y venidas. Vueltas y Revueltas. Protestas sociales en Colombia. 1958-1990**. Bogotá: ICANH, 2005. p 113-116.

<sup>16</sup>HOUGHTON Juan; VILLA William. Evolución general de la violencia política contra los pueblos indígenas In: **Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia 1974-2004**. Bogotá: Centro de Cooperación al Indígena CECOIN Organización Indígena de Antioquia OIA 2004, p. 33-37.

grupos paramilitares contratados por proprietários de terra. Ditas agressões foram a resposta à recuperação de terras realizadas pelos indígenas (HOUGHTON, 2004, p.35.)

Segundo o antropólogo colombiano Mauricio Caviedes, as denúncias de violações dos direitos políticos e civis dos povos indígenas aumentaram em 1978.<sup>17</sup> Para ele, as denúncias registradas na época através da imprensa regional e nacional demonstraram que o principal autor dessas violações foi o Estado colombiano. Ainda que esse alto nível de 1978 não voltasse a se repetir nos quatro anos seguintes, o número de denúncias feitas por organizações indígenas entre 1979 e 1982 por meio do jornal “*UnidadIndígena*” indicam que superaram quase o dobro da média dos anos anteriores a 1978.<sup>18</sup>



Unidade de Terra e Cultura, lema do movimento indígena do Cauca. Y ritual de enterramento de indígenas mortos na luta pela recuperação de terras\*

<sup>17</sup>CAVIEDES, Mauricio. El surgimiento de la Organización Nacional Indígena de Colombia, ONIC en el período de gobierno de Julio César Turbay (1978-1982). **Colombia Etnias Y Política**, Bogotá, v.4 n.1, p.142-159, jun. /jul. 2007.

<sup>18</sup> CAVIEDES, op. cit, p. 155-158

\*Fotos tiradas pelo autor em 10 de setembro de 2006. A comunidade NASA, Norte do Cauca, Colômbia.

Para o historiador Peñaranda, na primeira etapa de ascensão do CRIC a violência contra a população indígena veio do poder local e fazendeiros aliados com a força pública, que atuaram fundamentalmente na defesa de interesses territoriais. Desenvolveram suas próprias forças privadas denominadas “Pájaros”<sup>19</sup>.

O movimento indígena caucano acusou o Estado como responsável pela repressão violenta em associação com as “elites poderosas” do Cauca, segundo o CRIC. Por outro lado, a elite política e latifundiária caucana por sua vez acusou os líderes indígenas e seus colaboradores de ter relações estreitas com as insurgências, especialmente as FARC e o M-19<sup>20</sup>. O que se evidencia é como o movimento indígena enfrentou diferentes atores armados legais e ilegais que queriam se apropriar de seu território conquistado pouco a pouco através da luta por sua recuperação.

O efeito estigmatizador do Estado sobre movimentos sociais e organizações sociais fez que os movimentos armados de linha esquerdista fortalecessem e ampliassem sua capacidade de convocação. O CRIC começou a se desintegrar pela perseguição, assassinato e encarceramento de seus líderes e pelas disputas internas e políticas arredores da criação do Movimento Armado Quintín Lame.

### **Movimento Armado Quintín Lame MAQL**



O Movimento Armado Quintín Lame MAQL aparece publicamente no dia 5 de janeiro de 1985 com a tomada do município de Santander de Quilichao no Estado do Cauca. Seu surgimento aparece na memória de seus antigos integrantes quase como o resultado natural das imposições às quais a população indígena

<sup>19</sup> PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra.** Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris, 2010. p. 19

<sup>20</sup> No final da década de 70, a presença das FARC no Cauca era notória e conhecida, depois do desenvolvimento político que os levou a se converter de autodefesa camponesa a guerrilha móvel no fim da década de 60. A partir desse momento, também se dispersaram e chegaram à zona norte do Cauca, onde desenvolveram uma presença constante. Depois do início das políticas contra insurgentes, o M-19, que começou originalmente como guerrilha urbana, se deslocou a zonas rurais, resultando num crescimento e expansão nos anos 80.

era objeto. Essa situação levou a que aparecesse publicamente em 1985 o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL), um exército composto por diferentes etnias, assentados no Norte do Cauca<sup>21</sup>. Para o governo, o MAQL proveio de vínculos do movimento indígena caucano com o grupo insurgente M-19.



Entrega de armas e desmobilização de MAQL em 1989, na véspera da Assembléia Nacional constituinte de 1990.\*

Para o pesquisador Peñaranda, o MAQL se localiza na interseção entre os movimentos sociais rurais e as experiências revolucionárias armadas. “Se trata de uma situação específica em que um movimento social em processo de expansão deve enfrentar uma situação de violência generalizada, derivada da presença simultânea de vários atores armados que disputam o território e a população”(PEÑARANDA, 2010, p, 19)

Porém, o MAQL existiu por pouco tempo e sua atividade se limitou à defesa das autoridades indígenas e dos resguardos. A continuação presentamos seu manifesto e discurso de luta, nesta carta dirigida a organizações sociais e o Estado para legitimar sua luta:

El Comando Quintín Lame, es una fuerza organizada al servicio de las comunidades indígenas del Cauca, para apoyarlas en sus luchas, defender sus derechos y combatir sus enemigos. ¿Por qué surge? El pueblo indígena a pesar de la heroica resistencia que por los siglos ha ofrecido contra el invasor, sigue siendo perseguido y humillado. Cuando los indígenas hemos decidido organizarnos para recuperar nuestras tierras, defender nuestra cultura y exigir nuestros derechos, el enemigo ha respondido con una

---

<sup>21</sup>PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco iris, 2010. p. 16.

\*Fonte: PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco iris, 2010. p. 16.

brutal represión. Entre el ejército, la policía y los pájaros han matado a decenas de dirigentes indígenas, centenares han sido encarcelados, nuestras viviendas han sido quemadas, nuestros cultivos arrasados, nuestros animales muertos o robados. Cuando las comunidades decidieron no aguantar más, fueron formando sus propios grupos de autodefensa y de estos grupos se organizó el Comando Quintín Lame, ¿Por qué lucha? Luchamos por los derechos humanos fundamentales de las comunidades indígenas, como son la tierra, la cultura, la organización. Igualmente por la dignidad de todos los indígenas.

Defendemos la autonomía del movimiento indígena, que no se debe subordinar a ninguna organización ajena. Las comunidades son para nosotros la máxima autoridad y a su servicio ponemos todas nuestras capacidades y esfuerzos. Participamos también de las luchas de los demás explotados y oprimidos por derrotar la esclavitud capitalista y construir una patria más justa para todos. Las organizaciones populares, los grupos armados, son nuestros hermanos, y hombro a hombro combatiremos con ellos para vencer a nuestros enemigos. ¿Quién fue Quintín Lame? Manuel Quintín Lame fue un gran luchador indígena, que siguiendo los pasos de antepasados como la Gaitana o Juan Tama, se puso al frente de su pueblo en contra de sus enemigos. Luchó contra el terraje, por la recuperación de los resguardos, por los cabildos indígenas, por la defensa de nuestra cultura. Cuando se dio cuenta que nada lograba con peticiones y memoriales, formó grupos armados que impusieron el respeto de explotadores y gamonales.

Más de 100 veces fue encarcelado por orden de los terratenientes del Cauca. Cuando nuestros enemigos los cercaron y le impidieron seguir con su labor en nuestro departamento, se fue para el Tolima donde continuó con su lucha al servicio de los indígenas. Nos sentimos orgullosos de llevar el nombre de Quintín Lame y seguir el ejemplo que él nos dejó. Nos declararon la guerra. La represión contra el movimiento indígena ha sido continua en los últimos años y nuestra lista de mártires crece día a día. Pero esta vez el enemigo decidió declararnos la guerra definitiva. El 9 de noviembre fuerzas de la policía y el ejército arrasaron la recuperación de López Adentro, quemaron las viviendas de 150 familias indígenas y con maquinaria destruyeron todos sus cultivos. Estas familias han quedado en la más completa miseria. El 10 de noviembre fue asesinado el sacerdote indígena Nasa Álvaro Ulcué. El padre Ulcué había sido un defensor de su pueblo y un luchador incansable de la lucha indígena. No nos dejaremos exterminar. El movimiento indígena no se va a entregar, ni a retroceder por esta ofensiva del enemigo.

El Comando Quintín Lame, compromete su honor en poner todas sus fuerzas al servicio de la resistencia de las comunidades indígenas y en hacer lo posible por derrotar al enemigo que nos está persiguiendo. Los responsables del cruel desalojo de López Adentro pagarán tarde o temprano por su criminal acción. Los señores cañeros del Valle no van a tener paz mientras no haya justicia para las familias indígenas de López Adentro. Los autores intelectuales y materiales del asesinato del padre Ulcué recibirán el castigo de la justicia indígena. Llamamos a todas las organizaciones populares del norte del Cauca a que luchemos contra el enemigo común. Pedimos la solidaridad combativa del pueblo organizado de todo el país. López Adentro, tierra

indígena o tierra de nadie. Vivan las luchas indígenas y todas las luchas del pueblo colombiano...Cauca, diciembre 1984.<sup>22</sup>

O que se pode observar nesta carta do MAQL, que se oficia como seu manifesto de luta armada são duas coisas: Primeiro que nasceram como resposta as ações violentas e represálias do Estado frente a o movimento indígena especialmente os assassinatos de lideranças como o sacerdote indígena Álvaro Ulcue enfrentamento e desalojo nas terras recuperadas, por exemplo, em Lopez Adentro. Por outro lado se percebe a utilização do passado da memória histórica de luta indígena que legitima a defesa e luta da guerrilha indígena no presente, o chamado aos líderes do passado, como o Manuel Quintín Lame.

Segundo Peñaranda existiram três objetivos no MAQL: a) controlar eles mesmos o “monopólio da violência” que se podia exercer em nome dos indígenas, impedindo que outras organizações armadas o usurpassem; b) conter a expansão dos grupos revolucionários e proteger as comunidades do transbordamento do conflito armado; c) aplicar uma violência sancionadora para bloquear por sua vez a violência que os proprietários rurais empregavam contra os dirigentes comunitários. O desenvolvimento dessas tarefas implicava grandes riscos: primeiro, que o conflito armado se expandia a custo de envolver as comunidades indígenas locais, e segundo porque o núcleo armado adquiria um grau de autonomia tal que o levaria a atuar fora de controle da organização social. Esses riscos constituíram limites precisos que determinaram até onde o núcleo armado podia chegar e explicam em boa medida sua posterior dissolução. (PEÑARANDA, 2010, p. 18.)

### **O MAQL e as guerrilhas insurgentes.**

O sociólogo francês Christian Gros argumentou que tanto na Colômbia como na América Latina, a posição da esquerda sobre a população indígena adotou a postura ortodoxa marxista que não os via como protagonistas da revolução porque seus modos de produção mantinham relações pré-modernas. Sua função no processo revolucionário era a

---

<sup>22</sup>Manifiesto do Movimiento Armado Comando Quintín Lame. POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS INDÍGENAS. In: PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra.** Bogotá: Corporación Nuevo Arco iris, 2010. p. 28

subordinação diante do proletariado se quisessem uma transformação social significativa<sup>23</sup>. A tese de Gros se referiu à incapacidade da teoria marxista para coincidir com os povos indígenas num lugar importante na luta contra o capitalismo e pela democratização do Estado. À esquerda em suas diferentes vertentes se distanciou da luta e modos de organização indígena.(GROS, 1991, p. 220)

Esta relação entre movimento indígena e guerrilhas insurgentes sempre foi problemática na América Latina, mais o valor singular do MAQL dentro de uma perspectiva comparativa com outras experiências de movimentos armados indígenas na América Latina, por exemplo, os casos da Guatemala, do Peru, da Nicarágua e do México são objeto de uma pesquisa especial e pouco trabalhada nos estudos sociohistoricos.

Na Colômbia em uma região em que todas as guerrilhas colombianas tentaram se estabelecer, é uma análise das relações complexas entre grupos insurgentes e organizações indígenas que mostram como, nos últimos 20 anos, tiveram que adaptar-se em caminho oposto frente às políticas de um Estado débil e o aumento do narco paramilitaríssimo. Esta é a base, não só da decisão de dissolução final de Quintín, mas também, entre outros, da desconfiança histórica entre o Cauca e as práticas e ideologias das guerrilhas insurgentes FARC.

De outra parte, as organizações indígenas, paradoxalmente favorecidas por sua condição minoritária, encontraram espaço político e passaram de uma condição marginal a ser protagonistas da política local e nacional. Dentro desse âmbito o Movimento Armado Quintín Lame (MAQL), estava na metade deste caminho, já que, por um lado, apareceu como uma guerrilha de caráter étnico que tentava proteger os territórios e comunidades indígenas da violência sofrida de latifundiários, grupos paramilitares e recrutamento de jovens indígenas por parte das guerrilhas.

Em outro sentido, sua existência (MQL) gerou tensões entre as diferentes organizações indígenas como a ONIC e o CRIC e outras organizações indígenas regionais. De fato, a relação entre as comunidades e as organizações insurgentes durante a metade e

---

<sup>23</sup> GROS, Christian. **Colombia indígena. Identidad cultural y cambio social**. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991 p. 218.

finais da década de 1980 esteve determinada por sentidos opostos. Por um lado, os grupos insurgentes se incrementaram e se fortaleceram com presença militar e mostraram um maior interesse em aprofundar a via armada para conquistar seus objetivos, enquanto as organizações indígenas procuraram um maior protagonismo político a nível nacional, intelocutando diretamente com o Estado.

Christian Gros questionou a relação entre esses dois atores, que o discurso da esquerda latino-americana representava como complemento e de interesse mútuo. Pelo contrário, Gros enfatizou como o desacordo entre as vanguardas armadas e a comunidade indígena mostrou a incapacidade da Esquerda para se livrar de esquemas rígidos que impediam de compreender particularismos étnicos e as demandas das minorias nacionais que, para muitos revolucionários, refletiu o atraso e a dominação ideológica que apenas fingiu superar. Esta sobreposição entre os atores armados e os movimentos da comunidade rural esteve presente em praticamente todos os conflitos armados que se desenvolveram na América Latina ao longo das últimas quatro décadas.

As relações de complementaridade ou antagonismo foram desenvolvidas neste caso através de um sistema complexo que combinou alianças e confrontos, com os vários atores armados presentes na região. A "própria guerra", a que empreendeu as comunidades indígenas em defesa de seu território e de suas tradições, avançou superando enormes desafios no meio do conflito armado que estrelou os grupos rebeldes e o Estado colombiano.

Para as comunidades indígenas do Cauca, o resultado foi um agravamento das contradições tanto com os grupos armados quanto com as expressões militares do Estado, sendo assim o primeiro a enfrentar os protagonistas da guerra por meio de protestos civis. Em meio aos ataques das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) sobre as populações indígenas, os massacres de grupos paramilitares e o governo tentam minar sua legitimidade, a resistência indígena contra atores armados acabou se tornando um símbolo nacional: mobilização civil mais bem-sucedida em face da guerra.

**Conclusões: O caso de MAQL é único em diversos sinais.**

Tentamos abordar aqui vários aspectos de um fenômeno complexo e pouco estudado, inserido marginalmente na chamada questão indígena latino-americana. O surgimento de movimentos armados indígenas e a relação entre a luta social e armada nos movimentos indígenas a finais do século XX.

Geralmente classificados como guerrilheiros indígenas, alguns tendem a aparecer implantados em estruturas político-militares marxistas ortodoxas, que são usadas como um instrumento mínimo de luta. Este é um fenômeno intrincado, difícil de definir precisamente, em que, como vimos, no caso de MAQL, na Colômbia talvez possamos falar sobre guerrilhas indígenas subjacentes ou movimentos para-étnicos. Outros, por outro lado, dotados de uma ideologia binária em que os interesses de classe e etno-políticos são combinados, significaram a abertura de um maior espaço de luta por reivindicações indígenas. Finalmente, em um estágio mais recente, testemunhamos o surgimento das guerrilhas seminal, que definem seu próprio perfil, adotando, gradualmente, a forma de movimentos armados predominantemente indígenas. Esses grupos insurgentes reconhecem seus antecedentes históricos nas lutas de resistência anticolonialistas dos povos indígenas, que começaram após a ocupação espanhola em 1492 e se desenvolveram nos últimos 500 anos.

É importante esclarecer que essas guerrilhas não constituem uma manifestação massiva nas comunidades da aldeia ou dentro do movimento político indígena, que realiza sua luta através de mobilizações de massa, greves, bloqueios de rotas, remoção pacífica de órgãos públicos, recuperação de terras e outros métodos não-violentos (por exemplo, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, a União Central dos Trabalhadores Camponês da Bolívia e o Conselho Regional Indígena do Cauca da Colômbia), mas se limita à prática de grupos minoritários e localizados, embora de inegável extração indígena.

Porém dentro deste contexto o Movimento Armado Quintín Lame MAQL, surgido nos Andes colombianos é único. Seu surgimento faz parte de uma memória de luta e resistência indígena ancestral, mais que retoma a principal liderança do movimento indígena Caucaño no início de século XX: Manuel Quintín Lame. Posteriormente, no contexto das lutas pela terra e a reforma agrária é uma resposta de defesa ante a violência dos atores locais os latifundiários usurpadores das terras indígenas. Nos anos oitenta foi uma tentativa de

recuperar o monopólio da violência contra outros grupos insurgentes que tentaram usurpar a luta indígena, (FARC)₇

O caso do MAQL faz parte de uma interessante relação entre a luta armada e a reivindicação da identidade étnica e a legitimidade pela recuperação das terras ancestrais, Nu América Latina nesta relação onde a mistura entre luta armada e étnica, acabo com o tecido social das comunidades indígenas sendo destruído o movimento indígena, como no Peru, na Guatemala e na Nicarágua, isto não ocorreu até o Exército Zapatista de Libertação Nacional de 1994 no México, cuja filosofia de "Comando obedecendo" respeito o movimento indígena de Chiapas.(PEÑARANDA, 2010, p. 125)No caso de Quintín e Cauca do Norte paralelos interessantes são desenhados, podemos afirmar que ocorreu o contrário, com o movimento indígena caucano logrou-se afastar da luta armada e foi reconstituindo e absorvendo o grupo armado MAQL em seu próprio processo organizacional.

O MAQL também coloca as tensões entre as organizações indígenas e os insurgentes, as comunidades locais e o nacional, o imediato e o estratégico. Tudo isto num contexto de minoria populacional e marginalidade social e política em um Estado Débil como a Colômbia durante a década de 1980.

A perspectiva comparada pode contribuir neste trabalho permitindo localizar o caso do Quintín Lame em meio a outras experiências latino-americanas, o que constitui um contributo significativo para o debate já rico e quente das relações entre grupos armados e movimentos sociais. No entanto esta perspectiva é aqui desenvolvida de forma simples e introdutória, em um campo maior: o das relações complexas entre movimentos sociais e atores armados.

### **Referencias Bibliográficas**

ARCHILA, Mauricio. **Idas y venidas. Vueltas y Revueltas. Protestas sociales en Colombia. 1958-1990.** Bogotá. ICANH.2005.

FAJARDO, Darío. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015.

GROS, Christian. **Colombia indígena. Identidad cultural y cambio social.**Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991.

HERREÑO, Ángel. Evolución política y legal del concepto de territorio ancestral indígena en Colombia. Revista El otro derecho, Bogotá, n.32, p. 255, agt. /set. 2004.

HOUGHTON Juan; VILLA William. Evolución general de la violencia política contra los pueblos indígenas In: **Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia 1974-2004**. Bogotá: Centro de Cooperación al Indígena CECOIN Organización Indígena de Antioquia OIA 2004, p. 33-37.

MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010) In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015.

MOLINA, Hernán; SANCHEZ, Ernesto. Manuel Quintín Lame. Nota periodística del 9 de junio de 1916. In: MOLINA, Hernán; SANCHEZ, Ernesto (Compiladores). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010.

PECAUT, Daniel. Presente, pasado y futuro de la violencia en Colombia. In: PECAUT, Daniel y GONZÁLEZ, Liliana. **Revista Desarrollo Económico**. Bogotá, n. 144, p. 891-930, 1997.

PEÑARANDA Daniel Ricardo. **El Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL): Una guerra dentro de otra guerra**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco iris, 2010.

RAPPAPORT, Joanne. **La política de la memoria. Interpretación indígena de la historia en los andes colombianos**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca. 2000, p. 114.

RAPPAPORT, Joanne. Manuel Quintín lame hoy. In: **Lame Manuel Quintín. Los pensamientos del indio que se educó dentro de las selvas colombianas**. Cali: Biblioteca del Gran Cauca. Universidad del Valle y Universidad del Cauca, 2004. p. 51-101.

VASCO U, Luis. Quintín Lame: Resistencia y liberación. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul/dic. 2008.

VAZQUEZ CARRIZOSA, Alfredo. **Historia crítica del Frente Nacional**. Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia, 1992, p. 63-111.

VEGA CANTOR, Renán. Manuel Quintín Lame y la lucha por la recuperación de las tierras indígenas en el departamento del Cauca y Tolima. In: **Gente muy Rebelde. Protesta popular y Modernización capitalista en Colombia**. Vol. 2. Indígenas, campesinos y protestas agrarias. Bogotá: Pensamiento Crítico, 2002 p. 88-102